

CAER - RR

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE
RORAIMA - RR

Técnico Administrativo-
Assistente Administrativo

EDITAL Nº 01 - CAER/RR

CÓD: SL- 152JL-26
7908403599561

Língua Portuguesa

1. Construção frasal	9
2. Discurso direto e indireto	13
3. Variação Linguística.....	15
4. Linguagem verbal e não verbal	16
5. Linguagem coloquial e formal.....	18
6. Acentuação gráfica.....	19
7. Classificação das sílabas.....	21
8. Processos de formação das palavras. Morfologia	21
9. Sintaxe: período simples e composto	26
10. Conotação e denotação; Antônimo e sinônimo.....	31
11. Concordância verbal e nominal simples	31

Informática

1. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).....	45
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office)	53
3. Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e similares). Sítios de busca e pesquisa na Internet	60
4. Programas de correio eletrônico (Outlook Express, Mozilla Thunderbird e similares).....	63
5. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	70
6. Segurança da informação: Procedimentos de segurança; Noções de vírus, worms e pragas virtuais; aplicativos para segurança.....	73
7. Procedimentos de backup	77
8. Uso de plataformas/sistemas de gerenciamentos de dados	78

Matemática e Raciocínio Lógico

1. MATEMÁTICA: Operações básicas: adição, subtração, multiplicação, divisão. Números naturais, conjuntos numéricos: racionais e reais. Números racionais, números fracionários, números decimais	87
2. Problemas matemáticos	98
3. Divisibilidade.....	100
4. Números primos	102
5. Máximo divisor comum (mdc, mmc)	103
6. Divisão proporcional	104
7. Regra de três simples e composta	107
8. Porcentagem.....	108
9. Noções de estatística	109
10. RACIOCÍNIO LÓGICO: Compreensão de Estruturas lógicas.....	117
11. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	120
12. Lógica sentencial, (proposicional): proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan...	124

1. Diagramas lógicos	130
2. Lógica de primeira ordem	132
3. Princípios de contagem e probabilidades. Probabilidade. Combinações	133
4. Raciocínio lógico envolvendo problemas.....	140
5. Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figura	142

Geografia e História de Roraima

1. A ocupação territorial de Roraima; A presença portuguesa; A vida na região no século XIX; Roraima no século XX; A delimitação das fronteiras; A criação do Território Federal; Os fluxos migratórios; A criação do Estado e dos seus municípios; Patrimônios históricos de Roraima; Pontos Turísticos; Terras indígenas; Povos indígenas de Roraima; Governadores do Território Federal de Roraima; Governadores do Estado de Roraima. Geografia de Roraima; Clima; Solos; Regime pluviométrico; Hidrografia; Relevo; Economia do Estado de Roraima; Extrativismo; Agropecuária; Mineração; Indústria e Comércio.....	149
--	-----

Conhecimentos Específicos Técnico Administrativo - Assistente Administrativo

1. Noções de Administração: Conceitos básicos de Administração.....	161
2. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle	169
3. Organização administrativa. Rotinas administrativas.....	178
4. Gestão de processos. Fluxo de documentos.....	182
5. Organização do ambiente de trabalho.....	186
6. Gestão do tempo	190
7. Trabalho em equipe	194
8. Atendimento ao público. Atendimento ao Público: Atendimento presencial, Atendimento telefônico, Atendimento por correio eletrônico	198
9. Comunicação institucional	202
10. Ética no atendimento, Qualidade no atendimento, Relações interpessoais, Comunicação verbal e escrita, Postura profissional	206
11. Redação Oficial: Princípios da redação oficial. Clareza, objetividade, concisão e impessoalidade. Correspondências oficiais. Ofício. Memorando. Comunicação interna. Despacho. Ata. Relatório. Correio eletrônico institucional. Manual de Redação da Presidência da República	210
12. Arquivologia: Conceitos de arquivo. Classificação de documentos. Arquivamento. Organização de arquivos físicos e digitais. Protocolo. Tramitação documental. Digitalização de documentos. Conservação de documentos	222
13. Administração Pública: Princípios da Administração Pública.....	226
14. Administração direta e indireta	228
15. Poderes administrativos (noções).....	234
16. Atos administrativos (noções).....	236
17. Processo administrativo (noções).....	240
18. Atendimento ao cidadão.....	244
19. Gestão de Documentos: Controle de documentos. Recebimento e expedição de documentos. Controle de prazos. Organização de agendas. Controle de correspondências. Organização de reuniões.....	244

1. Legislação Aplicada: Constituição Federal (artigos 37 a 41).	252
2. Lei nº 8.429/1992	256
3. Lei nº 12.527/2011	266
4. Lei nº 13.709/2018	273
5. Lei nº 14.133/2021	286

Legislação

1. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e suas alterações, especialmente as promovidas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Marco Legal do Saneamento Básico): princípios fundamentais, prestação dos serviços públicos de saneamento básico, universalização, regionalização, regulação, fiscalização, planejamento, controle social, sustentabilidade econômicofinanceira e direitos dos usuários	335
2. Constituição do Estado de Roraima: Administração Pública, organização do Estado, serviços públicos, meio ambiente, recursos hídricos e competências estaduais	352
3. Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais): disposições gerais, função social, governança corporativa, transparência, gestão de riscos, controles internos, licitações, contratos, fiscalização e responsabilidade dos administradores	385
4. Decreto-Lei Federal nº 490, de 4 de março de 1969: criação, finalidade, natureza jurídica, patrimônio, competências e administração da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER)	405
5. Estatuto Social da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER): natureza jurídica, objeto social, competências, estrutura organizacional, órgãos de administração, patrimônio e fiscalização	406
6. Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção): responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, atos lesivos à Administração Pública, processo administrativo de responsabilização, sanções, acordo de leniência e programas de integridade	406

LÍNGUA PORTUGUESA

CONSTRUÇÃO FRASAL

A construção frasal é um dos aspectos mais importantes do uso da Língua Portuguesa, pois está diretamente ligada à clareza, à organização do pensamento e à comunicação eficiente. Construir bem uma frase significa organizar palavras, termos e orações de modo que a mensagem seja compreendida com precisão, naturalidade e correção. Uma frase mal construída pode gerar ambiguidade, confusão, quebra de sentido, inadequação gramatical ou dificuldade de interpretação.

A frase é uma unidade de comunicação dotada de sentido. Ela pode ser formada por uma única palavra, como “Silêncio!”, ou por uma estrutura mais complexa, como “Os estudantes organizaram cuidadosamente os materiais antes do início da atividade.” O essencial é que a frase comunique uma ideia em determinado contexto. Nem toda frase possui verbo, mas, quando há verbo, geralmente estamos diante de uma oração.

A construção frasal envolve escolhas. Ao produzir uma frase, o falante ou escritor seleciona palavras, organiza a ordem dos termos, escolhe tempos verbais, define relações de concordância, utiliza conectivos, emprega pontuação e ajusta o nível de formalidade. Essas escolhas determinam se a frase será clara, adequada e expressiva.

Na norma-padrão, a frase precisa respeitar determinadas relações sintáticas. O sujeito deve concordar com o verbo; os termos devem estar organizados de modo lógico; os pronomes devem retomar corretamente seus referentes; os conectivos devem estabelecer relações coerentes; a pontuação deve orientar a leitura. Quando esses elementos falham, a compreensão pode ser prejudicada.

A construção frasal também está relacionada à coesão e à coerência. A coesão corresponde aos mecanismos linguísticos que ligam as partes do texto, como pronomes, conjunções, preposições, advérbios e expressões de retomada. A coerência diz respeito à lógica das ideias. Uma frase pode estar gramaticalmente correta, mas incoerente, se apresentar contradição ou sentido incompatível com a realidade comunicativa.

Outro ponto importante é a adequação. Uma frase pode ser adequada em uma conversa informal, mas inadequada em um documento oficial, relatório ou texto acadêmico. A construção frasal deve considerar o contexto, o interlocutor, o objetivo da comunicação e o gênero textual. Em situações formais, espera-se maior cuidado com a norma-padrão, precisão vocabular e organização sintática.

A clareza é um dos principais objetivos da boa construção frasal. Frases excessivamente longas, cheias de interrupções, termos deslocados sem necessidade ou conectivos mal empregados podem dificultar a leitura. Por outro lado, frases muito curtas e desconectadas podem tornar o texto fragmentado. O ideal é buscar equilíbrio entre precisão, fluidez e organização.

► Frase, oração e período

Para compreender a construção frasal, é necessário distinguir frase, oração e período. Esses três conceitos são fundamentais para analisar a estrutura da língua e evitar problemas de organização sintática.

A frase é qualquer enunciado com sentido completo em determinada situação comunicativa. Ela pode ter verbo ou não. Exemplos como “Bom dia!”, “Que alegria!”, “Atenção!” e “Os alunos chegaram cedo.” são frases, pois comunicam uma ideia. A presença de sentido é o elemento principal.

A oração é uma estrutura organizada em torno de um verbo ou locução verbal. Sempre que há verbo, há oração. Na frase “Os alunos chegaram cedo”, há uma oração, pois existe o verbo “chegaram”. Na frase “Eles estavam estudando para a avaliação”, há uma locução verbal, “estavam estudando”, e também uma oração.

O período é a frase formada por uma ou mais orações. Quando possui apenas uma oração, chama-se período simples. Quando possui duas ou mais orações, chama-se período composto. Essa distinção é importante porque a construção de períodos compostos exige atenção às relações entre as orações.

Um período simples apresenta apenas uma oração. Exemplo: “A professora explicou o conteúdo com clareza.” Há apenas um verbo, “explicou”, portanto há uma oração. Esse tipo de construção costuma ser mais direto e objetivo.

O período composto apresenta duas ou mais orações. Exemplo: “A professora explicou o conteúdo, e os estudantes fizeram os exercícios.” Há dois verbos, “explicou” e “fizeram”, portanto há duas orações. As orações podem ser ligadas por coordenação ou subordinação.

Na coordenação, as orações possuem certa independência sintática. Exemplo: “Estudei bastante, mas ainda tenho dúvidas.” A segunda oração se liga à primeira por oposição, marcada pela conjunção “mas”. Ambas têm sentido relativamente independente, embora estejam relacionadas.

Na subordinação, uma oração depende sintaticamente da outra. Exemplo: “Espero que você compreenda o conteúdo.” A oração “que você compreenda o conteúdo” completa o sentido do verbo “espero”. Sem ela, a ideia ficaria incompleta.

A boa construção frasal depende do domínio dessas estruturas. Muitas falhas ocorrem quando o período composto é mal articulado, quando uma oração fica sem verbo adequado, quando há excesso de encaixes ou quando as relações de dependência não ficam claras.

Por exemplo, a frase “Os alunos que chegaram atrasados porque o ônibus quebrou e a aula já tinha começado.” fica incompleta, pois falta uma oração principal que conclua a ideia. Uma versão adequada seria: “Os alunos que chegaram atrasados porque o ônibus quebrou perderam o início da aula.”

► Ordem direta e ordem inversa

A ordem dos termos é um aspecto central da construção frasal. Em Língua Portuguesa, a ordem direta geralmente segue a sequência sujeito, verbo e complemento. Essa organização facilita a compreensão porque apresenta primeiro quem pratica ou sofre a ação, depois a ação verbal e, em seguida, os elementos que completam ou circunstanciam o sentido.

Um exemplo de ordem direta é: “O professor corrigiu as atividades pela manhã.” O sujeito é “o professor”; o verbo é “corrigiu”; o complemento é “as atividades”; e a circunstância de tempo é “pela manhã”. A estrutura é clara e natural.

A ordem direta é muito recomendada quando se busca objetividade, especialmente em textos formais, explicativos, técnicos e informativos. Ela reduz ambiguidades e facilita a leitura. Frases como “A equipe elaborou o relatório” são mais diretas do que “O relatório, pela equipe, foi elaborado”, embora ambas possam ser compreendidas em determinados contextos.

A ordem inversa ocorre quando os termos aparecem em posição diferente da ordem mais comum. Exemplo: “Pela manhã, o professor corrigiu as atividades.” Nesse caso, o adjunto adverbial foi deslocado para o início da frase. A inversão pode ser usada para dar ênfase, variar o ritmo do texto ou destacar uma circunstância.

A ordem inversa não é erro. Ela é um recurso legítimo da língua. O problema ocorre quando o deslocamento prejudica a clareza ou gera ambiguidade. Por exemplo: “Encontrou o aluno o diretor no corredor.” A frase pode causar estranhamento, pois a ordem dificulta identificar quem encontrou quem. Na ordem direta, ficaria mais claro: “O diretor encontrou o aluno no corredor.”

A posição dos adjuntos adverbiais também merece atenção. Quando deslocados, especialmente se forem longos, geralmente são separados por vírgula. Exemplo: “No final da reunião, a coordenadora apresentou os encaminhamentos.” A vírgula ajuda a orientar a leitura.

A inversão pode produzir efeitos expressivos em textos literários, poéticos ou argumentativos. Em “Grande era a preocupação dos moradores”, o adjetivo “grande” aparece em posição de destaque. Em textos mais objetivos, porém, o excesso de inversões pode tornar a leitura pesada.

A construção frasal adequada depende da finalidade comunicativa. Se o objetivo é informar com clareza, a ordem direta costuma ser a melhor escolha. Se o objetivo é enfatizar, criar ritmo ou produzir efeito estilístico, a ordem inversa pode ser útil.

Também é importante observar a proximidade entre termos relacionados. Quando sujeito e verbo ficam muito afastados por intercalações, a concordância pode se tornar mais difícil. Exemplo: “Os alunos da turma do quinto ano, acompanhados pela professora e pela coordenadora, participaram da atividade.” O sujeito “os alunos” concorda com “participaram”, mesmo havendo termos intercalados.

► Sujeito, predicado e complementos

A construção frasal depende da relação entre sujeito, predicado e complementos. Esses elementos estruturam grande parte das frases verbais em Língua Portuguesa. Compreendê-los ajuda a evitar frases incompletas, concordâncias inadequadas e ambiguidades.

O sujeito é o termo sobre o qual se declara algo. Em “A menina leu o livro”, o sujeito é “a menina”, pois é dela que se fala. O predicado é aquilo que se declara sobre o sujeito. Na mesma frase, “leu o livro” é o predicado.

O núcleo do sujeito é a palavra principal desse termo. Em “Os alunos dedicados da escola participaram do projeto”, o sujeito é “os alunos dedicados da escola”, mas o núcleo é “alunos”. É com esse núcleo que o verbo deve concordar. Por isso, dizemos “os alunos participaram”, e não “os alunos participou”.

Há diferentes tipos de sujeito. O sujeito simples possui apenas um núcleo, como em “A criança brincou no pátio.” O sujeito composto possui mais de um núcleo, como em “A criança e o colega brincaram no pátio.” O sujeito oculto não aparece expresso, mas pode ser identificado pelo contexto ou pela terminação verbal, como em “Chegamos cedo”, em que o sujeito é “nós”.

Também há orações sem sujeito, especialmente com verbos que indicam fenômenos da natureza, como “Choveu muito”, ou com o verbo “haver” no sentido de existir, como em “Há muitos livros na biblioteca.” Nessas frases, é importante lembrar que o verbo fica no singular: “Havia muitos alunos na sala”, e não “havia muitos alunos”, quando “haver” tem sentido de existir.

O predicado pode conter verbos de ação, verbos de ligação e complementos. Em “O estudante resolveu o problema”, o verbo “resolveu” indica ação, e “o problema” completa seu sentido. Em “A aula foi interessante”, o verbo “foi” liga o sujeito “a aula” à característica “interessante”.

Alguns verbos precisam de complementos para completar o sentido. Verbos transitivos diretos exigem complemento sem preposição obrigatória: “Ela comprou um caderno.” Verbos transitivos indiretos exigem complemento com preposição: “Ele gosta de leitura.” Verbos transitivos diretos e indiretos exigem dois complementos: “A professora entregou os livros aos alunos.”

Quando o complemento falta, a frase pode ficar incompleta. Exemplo: “O diretor informou aos responsáveis.” Informou o quê? Uma versão mais completa seria: “O diretor informou aos responsáveis o horário da reunião.”

A boa construção frasal exige que sujeito, verbo e complementos estejam corretamente relacionados. Uma frase precisa deixar claro quem realiza a ação, qual é a ação e quais elementos completam seu sentido.

INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)

WINDOWS 10

O sistema operacional é o programa responsável por controlar o funcionamento geral do computador. Ele atua como uma ponte entre o usuário, os programas instalados e os componentes físicos da máquina, como processador, memória, armazenamento, teclado, mouse, monitor e impressora. Sem um sistema operacional, o computador teria grande limitação de uso, pois o usuário não teria uma interface organizada para abrir programas, salvar arquivos, configurar dispositivos ou executar tarefas básicas.

No caso do Windows 10, o sistema operacional apresenta um ambiente gráfico voltado à facilidade de uso. Por meio de janelas, menus, ícones, botões e barras, o usuário consegue interagir com o computador de maneira visual, sem precisar digitar comandos complexos para realizar atividades comuns. Essa característica torna o Windows amplamente utilizado em computadores pessoais, ambientes escolares, escritórios e diversos contextos profissionais.

► Características gerais do Windows 10

Ambiente de trabalho e recursos principais

O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft desenvolvido para computadores, notebooks, tablets e outros dispositivos compatíveis. Ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe recursos voltados à produtividade, à organização das tarefas e à integração com diferentes tipos de equipamentos. Entre seus elementos mais conhecidos estão o Menu Iniciar, a Área de Trabalho, a Barra de Tarefas, o Explorador de Arquivos e as ferramentas de configuração do sistema.

Um dos pontos de destaque do Windows 10 é a retomada do Menu Iniciar em formato mais familiar ao usuário, combinando a organização tradicional dos programas com blocos dinâmicos e atalhos para aplicativos. Além disso, o sistema permite trabalhar com várias janelas ao mesmo tempo, alternar entre programas abertos e organizar atividades em múltiplas áreas de trabalho, recurso útil para quem precisa separar tarefas pessoais, escolares ou profissionais.

► Menu Iniciar e acesso aos programas



Centro de acesso aos recursos do sistema

O Menu Iniciar é uma das principais portas de entrada para os recursos do Windows 10. Ele permite acessar programas instalados, configurações do sistema, documentos recentes, opções de conta e comandos de energia. Por meio dele, o usuário pode localizar aplicativos, abrir ferramentas administrativas, acessar pastas importantes e personalizar parte da experiência de uso.

O Botão Iniciar, localizado geralmente no canto inferior esquerdo da tela, abre esse menu e funciona como um centro de comando do computador. A partir dele, é possível acessar a lista de programas, pesquisar arquivos, entrar nas configurações, bloquear a conta, sair do usuário atual, reiniciar ou desligar o equipamento. Por essa razão, conhecer o Menu Iniciar é essencial para utilizar o Windows com segurança e autonomia.

► Operações básicas do sistema

Iniciar, reiniciar, desligar, suspender, hibernar, sair e bloquear

O Windows oferece diferentes opções para encerrar, pausar ou proteger uma sessão de uso. Cada uma dessas ações possui uma finalidade específica e deve ser escolhida conforme a necessidade do usuário. Algumas desligam completamente o computador, enquanto outras apenas reduzem o consumo de energia ou bloqueiam o acesso à conta.

A tabela a seguir resume as principais operações do sistema e sua função no uso cotidiano.

Operação	Função principal	Situação de uso
Desligar	Encerra completamente o funcionamento do computador.	Quando o usuário terminou suas atividades.
Reiniciar	Desliga e liga novamente o sistema.	Após atualizações, instalações ou correções de falhas.
Suspender	Reduz o consumo de energia e mantém as tarefas abertas.	Em pausas curtas durante o uso.
Hibernar	Salva o estado atual no armazenamento e desliga o equipamento.	Em notebooks ou pausas mais longas.
Sair	Encerra a sessão do usuário atual.	Quando outra pessoa utilizará o computador.
Bloquear	Protege a conta sem fechar os programas abertos.	Quando o usuário se afasta temporariamente.
Trocar usuário	Permite alternar para outra conta sem encerrar a sessão atual.	Quando mais de uma pessoa usa o mesmo computador.

► **Relação entre usuário, programas e hardware**

Como o Windows organiza o funcionamento do computador

O Windows 10 organiza a comunicação entre o usuário, os programas e o hardware. Quando uma pessoa abre um editor de texto, por exemplo, o sistema operacional solicita recursos ao processador, utiliza memória RAM para manter o programa em execução, acessa o armazenamento para abrir ou salvar arquivos e exibe o conteúdo no monitor. Tudo isso ocorre de forma coordenada, permitindo que o usuário realize tarefas sem precisar controlar diretamente cada componente físico.

Essa função de gerenciamento é uma das razões pelas quais o sistema operacional é considerado essencial. Ele administra recursos, organiza arquivos, controla dispositivos, executa programas e oferece uma interface de uso. Assim, aprender a utilizar o Windows 10 não significa apenas conhecer botões e menus, mas compreender como o computador responde às ações do usuário e como seus recursos podem ser usados de maneira mais eficiente.

► **Área de trabalho**

Ambiente principal de interação com o Windows

A Área de Trabalho, também chamada de desktop, é a tela principal exibida após o usuário fazer login no Windows. Ela funciona como o espaço inicial de organização das atividades, pois permite visualizar programas abertos, acessar arquivos, abrir pastas, utilizar atalhos e interagir com os principais recursos do sistema. De forma didática, pode-se entender a Área de Trabalho como uma mesa virtual, na qual o usuário organiza os elementos mais importantes para o uso cotidiano do computador.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

MATEMÁTICA: OPERAÇÕES BÁSICAS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO. NÚMEROS NATURAIS, CONJUNTOS NUMÉRICOS: RACIONAIS E REAIS. NÚMEROS RACIONAIS, NÚMEROS FRACIONÁRIOS, NÚMEROS DECIMAIS

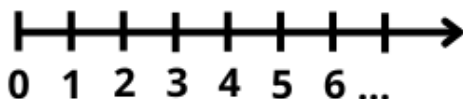
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

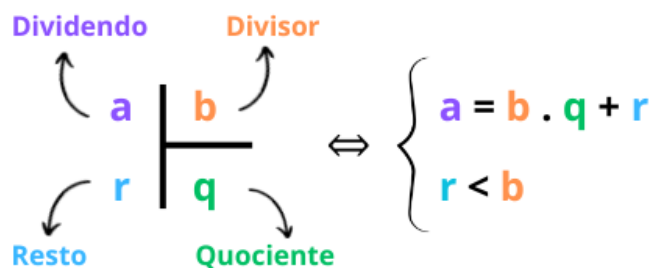
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165

- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE RORAIMA

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE RORAIMA; A PRESENÇA PORTUGUESA; A VIDA NA REGIÃO NO SÉCULO XIX; RORAIMA NO SÉCULO XX; A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS; A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL; OS FLUXOS MIGRATÓRIOS; A CRIAÇÃO DO ESTADO E DOS SEUS MUNICÍPIOS; PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS DE RORAIMA; PONTOS TURÍSTICOS; TERRAS INDÍGENAS; POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA; GOVERNADORES DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA; GOVERNADORES DO ESTADO DE RORAIMA. GEOGRAFIA DE RORAIMA; CLIMA; SOLOS; REGIME PLUVIOMÉTRICO; HIDROGRAFIA; RELEVO; ECONOMIA DO ESTADO DE RORAIMA; EXTRATIVISMO; AGROPECUÁRIA; MINERAÇÃO; INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE RORAIMA E A PRESENÇA PORTUGUESA¹²³⁴

► A disputa colonial pelo vale do rio Branco

O território que hoje corresponde a Roraima permaneceu, por quase dois séculos após a chegada de Pedro Álvares Cabral ao litoral brasileiro, à margem do processo de colonização portuguesa. Situado no extremo norte da América do Sul, o vale do rio Branco só passou a despertar interesse concreto da Coroa portuguesa a partir de meados do século XVIII, quando se tornou evidente que outras potências europeias já disputavam abertamente aquela porção da Amazônia. O rio Branco, formado pela confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, funcionava como a principal via de penetração para o interior da região e, por isso, tornou-se o eixo em torno do qual se organizaram tanto a ocupação quanto a defesa do território.

Desde por volta de 1670, expedições vindas de diferentes direções já percorriam essa área em busca de mão de obra indígena e de rotas comerciais. Ingleses e neerlandeses, partindo da Guiana, e espanhóis, vindos da bacia do Orinoco através da Venezuela, promoviam incursões que incluíam a captura

de indígenas para fins de escravização e comércio, prática que alimentava entrepostos em Belém do Pará e em São Luís do Maranhão. Essa disputa não se limitava a interesses econômicos pontuais: cada potência via no domínio do vale do rio Branco uma forma de ampliar sua influência sobre o coração da Amazônia e sobre as rotas fluviais que conectavam o Atlântico ao interior do continente.

Os avanços espanhóis e a reação portuguesa

A investida espanhola mais significativa ocorreu entre 1771 e 1773, quando colonizadores partiram do rio Orinoco, atravessaram a cordilheira de Pacaraima e desceram o rio Uraricuera em direção ao território que os portugueses já consideravam sob sua esfera de influência. Diante dessa movimentação, os espanhóis chegaram a estabelecer núcleos de povoamento ao longo do curso do rio, numa tentativa de consolidar presença permanente antes que os lusitanos reagissem. Cada um desses núcleos cumpria uma função específica dentro da estratégia espanhola de fixação territorial, o que justifica observar separadamente os três povoados erguidos naquele período:

- Santa Bárbara
- São João Batista de Caya Caya
- Santa Rosa

Nenhum desses povoados resistiu por muito tempo. As forças portuguesas, mobilizadas a partir das guarnições já instaladas na região, expulsaram os colonizadores espanhóis em uma sequência de confrontos que reafirmou o domínio luso sobre o vale do rio Branco. Esse episódio, no entanto, deixou evidente à Coroa portuguesa que a posse informal do território não seria suficiente para impedir novas tentativas de ocupação estrangeira, o que levou à decisão de erguer uma fortificação permanente capaz de vigiar simultaneamente o acesso pelo Orinoco e pela Guiana.

O Forte São Joaquim como marco de soberania

A construção do Forte São Joaquim do Rio Branco teve início a partir de 1775, erguido na margem esquerda do ponto onde os rios Uraricoera e Tacutu se encontram para formar o rio Branco, a cerca de trinta e dois quilômetros ao norte do que viria a ser a cidade de Boa Vista. Sua localização não foi casual: aquele ponto representava o gargalo natural pelo qual qualquer expedição estrangeira precisaria passar para alcançar o interior do vale. Por mais de um século, o forte funcionou como sentinela da presença portuguesa e, posteriormente, brasileira, sediando sucessivas guarnições que enfrentaram tanto incursões externas quanto revoltas internas, entre as quais se destaca o episódio conhecido como a revolta da praia de sangue, ocorrido em 1770 a partir de distúrbios provocados por conflitos entre soldados e indígenas, cujo desfecho sangrento deu nome ao local.

1 <https://pt.wikipedia.org/wiki/Roraima>

2 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. História e Geografia de Roraima. <http://www.ifrr.edu.br/reitoria/pro-reitorias/extensao/projetos/acompanhamento-e-monitoramento-1/relatorios-pbaex/resultados/campus-boa-vista-centro/cbvc-ifrr-ndeg-10-projeto-de-extensao-historia-e-geografia-de-roraima-aplicadas-ao-ensino-medio>

3 SOUZA, JESSÉ. Roraima das 32 terras indígenas. Roraima de fato. <http://roraimadefato.com/main/2015/08/16/roraima-das-32-terras-indigenas/>

4 TRILHAS DE CONHECIMENTOS. População Indígena, núcleos de Roraima. http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/roraima/populacao_indigena.htm

► **A consolidação da ocupação lusitana e a introdução da pecuária**

Garantida a soberania sobre o território pela via militar, a Coroa portuguesa buscou meios de fixar população civil na região, já que um forte isolado, por mais estratégico que fosse, não bastava para consolidar a presença lusitana de forma duradoura. Foi nesse contexto que o comandante Manuel da Gama Lobo D'Almada, enviado pelo governador da província do Grão-Pará, introduziu o gado bovino e equino na região em 1789, aproveitando as condições naturais dos campos abertos do vale do rio Branco, particularmente favoráveis à criação extensiva. A pecuária tornou-se, a partir de então, o primeiro eixo econômico organizado da região, embora praticada sem cercas ou qualquer delimitação territorial, o que permitia a dispersão dos rebanhos por grandes extensões de terra e favorecia tanto a apropriação irregular de animais quanto o surgimento de novas fazendas a partir de gado capturado. Nesse processo, contingentes indígenas, sobretudo da etnia Macuxi, destacaram-se como vaqueiros habilidosos, reputação que atravessou gerações e permanece associada a esses povos até a atualidade.

► **O século XIX: a chegada da família real e o nascimento de Boa Vista**

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, motivada pela invasão napoleônica em Portugal, redirecionou drasticamente as prioridades administrativas da Coroa na América. Às voltas com a necessidade de recriar, no Rio de Janeiro, uma estrutura de vida compatível com os padrões europeus, a nobreza recém-chegada voltou sua atenção para o eixo sul da colônia, deixando o norte amazônico, e o vale do rio Branco em particular, praticamente desassistido por décadas. O Forte São Joaquim manteve-se de pé como símbolo residual da soberania portuguesa, mas sem receber investimentos significativos, situação que perdurou ao longo de boa parte do século.

Foi apenas em 9 de julho de 1890 que o então governador do Amazonas, Augusto Ximeno de Ville Roy, criou o município de Boa Vista do Rio Branco, atual capital do estado, como iniciativa voltada a estimular o povoamento e o crescimento econômico daquela porção isolada do território. A escolha do local acompanhava a lógica de ocupação que já vinha orientando a região desde o século anterior, privilegiando a margem do rio Branco como eixo de circulação e abastecimento. A esse esforço somou-se, ainda no final do século, a abertura de uma vereda ligando Boa Vista a Manaus, obra que décadas depois se transformaria em uma das principais rodovias da região.

RORAIMA NO SÉCULO XX: O TERRITÓRIO FEDERAL, AS FRONTEIRAS E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

► **A criação do Território Federal do Rio Branco**

Em 1943, no contexto da política de integração nacional promovida pelo governo de Getúlio Vargas, foram criados cinco novos territórios federais na fronteira do país, entre eles o Território Federal do Rio Branco, resultante do desmembramento de áreas até então pertencentes ao Amazonas. A medida respondia a uma preocupação estratégica mais ampla: durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro via com apreensão a fragilidade administrativa de suas regiões fronteiriças menos povoadas, sobretudo aquelas situadas junto a colônias europeias

na América do Sul. Transformar essas áreas em territórios federais, subordinados diretamente à União, permitia um controle mais direto sobre a ocupação, a defesa e a exploração dos recursos naturais, sem depender da capacidade administrativa, então limitada, dos governos estaduais amazônicos.

Com a criação do território, a região passou a contar com estruturas administrativas antes inexistentes, como a Divisão de Produção, Terra e Colonização, responsável por pesquisar os recursos naturais disponíveis, cadastrar terras devolutas e organizar as primeiras colônias agrícolas oficiais. O nome do território seria alterado em 1962, quando passou a se chamar Território Federal de Roraima, denominação que se manteria até a transformação em estado, ocorrida décadas mais tarde.

Administração territorial e a instabilidade dos governos nomeados

Diferentemente de um estado da federação, um território federal era administrado por um governador nomeado diretamente pelo presidente da República, sem processo eletivo. Essa condição gerou, ao longo da história do Território Federal de Roraima, um padrão de descontinuidade administrativa que comprometeu a execução de projetos de longo prazo. É possível reconhecer três fases distintas nesse período: uma primeira, anterior ao regime militar, marcada por sucessões frequentes de governadores, cuja permanência média não ultrapassava dezesseis meses no cargo; uma segunda, correspondente ao Regime Militar, na qual a permanência média aumentou consideravelmente, com destaque para mandatos que se estenderam por quatro ou cinco anos; e uma terceira, já no processo de redemocratização, que antecedeu imediatamente a transformação de Roraima em estado. Essa alternância entre curtos e longos mandatos explica, em boa medida, por que certas obras estruturantes, como a pavimentação de rodovias e a expansão da rede escolar, avançaram de forma irregular, dependendo diretamente da prioridade que cada gestão federal atribuía à região amazônica.

► **A delimitação das fronteiras internacionais**

A definição precisa dos limites territoriais de Roraima esteve historicamente ligada a disputas diplomáticas envolvendo o Brasil e as potências que colonizaram a Guiana e a Venezuela. Um dos episódios mais relevantes desse processo foi a chamada questão do Pirara, disputa de limites entre o Brasil e a então Guiana Britânica que se arrastou ao longo do século XIX e cuja resolução definitiva coube a uma arbitragem internacional conduzida pelo rei da Itália, no início do século XX. O resultado dessa arbitragem consolidou parte significativa do traçado que hoje separa o estado da Guiana. Atualmente, Roraima possui fronteiras internacionais com dois países: a faixa que divide o estado da Venezuela estende-se por novecentos e cinquenta e oito quilômetros, enquanto o limite com a Guiana soma novecentos e sessenta e quatro quilômetros, o que torna Roraima uma das unidades federativas brasileiras com maior extensão de fronteira internacional em proporção ao seu território.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS DE ADMINISTRAÇÃO

A administração é uma ciência social aplicada que busca otimizar o uso dos recursos disponíveis para alcançar objetivos previamente definidos. Sua importância é inegável tanto no setor público quanto no privado, pois todas as organizações, independentemente do tamanho ou finalidade, dependem de uma gestão eficiente para prosperar. Neste texto, abordaremos os conceitos básicos de administração e as características fundamentais das organizações, explorando desde as definições essenciais até as teorias que embasam a prática administrativa.

A administração surgiu como uma resposta às necessidades de organizar e coordenar as atividades humanas em escala crescente. No início do século XX, o rápido crescimento industrial e a complexidade das operações empresariais exigiram um estudo mais aprofundado e sistemático das técnicas de gestão. Desde então, a administração evoluiu, incorporando novos conhecimentos e adaptando-se às mudanças do ambiente econômico e social.

Entender os conceitos básicos de administração é crucial para qualquer profissional, independentemente de sua área de atuação. A capacidade de planejar, organizar, dirigir e controlar é essencial para o sucesso em qualquer empreendimento. Além disso, conhecer os diferentes tipos de organizações e suas peculiaridades ajuda a aplicar as melhores práticas de gestão de acordo com o contexto específico de cada entidade.

O estudo das teorias administrativas oferece uma visão abrangente e multifacetada da gestão. Cada teoria traz contribuições valiosas, ajudando a entender como as organizações funcionam e como podem ser gerenciadas de forma mais eficaz. Desde a abordagem clássica, focada na eficiência e na divisão do trabalho, até a teoria dos sistemas, que enfatiza a interdependência e a interação com o ambiente externo, as teorias administrativas fornecem um arcabouço teórico robusto para a prática gerencial.

DEFINIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A administração é uma disciplina que se ocupa do planejamento, organização, direção e controle dos recursos organizacionais, com o objetivo de alcançar metas estabelecidas de maneira eficiente e eficaz. Em um contexto amplo, pode ser vista como a coordenação de atividades para atingir objetivos comuns dentro de uma organização, seja ela pública ou privada, lucrativa ou não lucrativa.

► Aspectos Fundamentais da Administração

Para compreender plenamente a administração, é essencial considerar alguns de seus aspectos fundamentais:

- **Processo Administrativo:** A administração é um processo contínuo e dinâmico que envolve diversas atividades inter-relacionadas. Este processo é composto por quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar. Cada uma dessas funções desempenha um papel crucial no funcionamento das organizações.
- **Recursos Organizacionais:** Os recursos que a administração gerencia podem ser divididos em quatro categorias principais:
 - **Humanos:** Envolvem o gerenciamento de pessoas, incluindo contratação, treinamento, desenvolvimento e motivação dos colaboradores.
 - **Financeiros:** Envolvem a administração de recursos monetários, incluindo orçamento, contabilidade e controle financeiro.
 - **Materiais:** Envolvem o gerenciamento de bens tangíveis, como equipamentos, instalações e matérias-primas.
 - **Informacionais:** Envolvem a gestão da informação, incluindo a coleta, processamento e disseminação de dados relevantes para a tomada de decisão.
- **Eficiência e Eficácia:** Dois conceitos centrais na administração são eficiência e eficácia:
 - **Eficiência:** Refere-se à capacidade de realizar tarefas de maneira correta, utilizando os recursos disponíveis da melhor forma possível, ou seja, fazer mais com menos.
 - **Eficácia:** Refere-se à capacidade de atingir os objetivos e metas estabelecidos, ou seja, fazer as coisas certas.

PRINCIPAIS ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁSSICA ATÉ CONTINGENCIAL)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

1. Abordagem Clássica: que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

2. Abordagem Humanística: que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

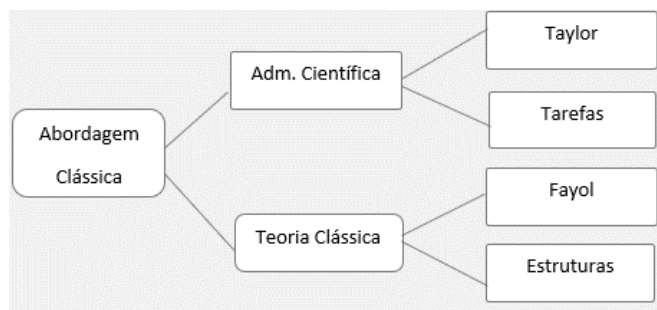
3. Abordagem Neoclássica: que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

4. Abordagem Estruturalista: que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

5. Abordagem Comportamental: que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

6. Abordagem Sistêmica: centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

7. Abordagem Contingencial: que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



► **Origem da Abordagem Clássica**

1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:

- Ciência que substituiu o empirismo;
- Planejamento de produção e redução do imprevisto.

2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.

► **Abordagem Científica – ORT (Organização Racional do Trabalho)**

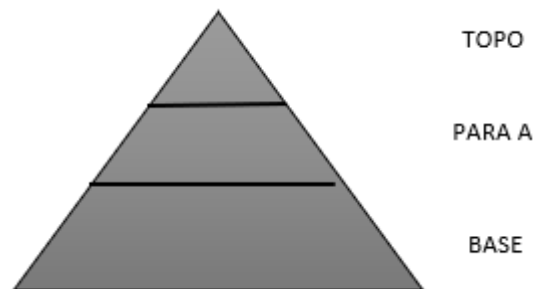
- Estudo dos tempos e movimentos;
- Estudo da fadiga humana;
- Divisão do trabalho e especialização;
- Desenho de cargo e tarefas;
- Incentivos salariais e premiação de produção;
- Homo Economicus;
- Condições ambientais de trabalho;
- Padronização;
- Supervisão funcional.

▪ **Aspectos da conclusão da Abordagem Científica:** A percepção de que os coordenadores, gerentes e dirigentes deveriam se preocupar com o desenho da divisão das tarefas, e aos operários cabia única e exclusivamente a execução do trabalho, sem questionamentos, apenas execução da mão de obra.

- Comando e Controle: o gerente pensa e manda e os trabalhadores obedecem de acordo com o plano.
- Uma única maneira correta (the best way).
- Mão de obra e não recursos humanos.
- Segurança, não insegurança. As organizações davam a sensação de estabilidade dominando o mercado.

► **Teoria Clássica**

- Aumento da eficiência melhorando a disposição dos órgãos componentes da empresa (departamentos);
- Ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento);
- Abordagem do topo para a base (nível estratégico tático);
- Do todo para as partes.



Diferente do processo neoclássico, na Teoria Clássica temos 5 (cinco) funções – POC3:

- Previsão ao invés de planejamento: Visualização do futuro e traçar programa de ação.
- Organização: Constituir a empresa dos recursos materiais e social.
- Comando: Dirigir e orientar pessoas.
- Coordenação: Ligação, união, harmonizar todos os esforços coletivamente.
- Controle: Se certificar de que tudo está ocorrendo de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

► **Princípios da Teoria Clássica:**

- Dividir o trabalho;
- Autoridade e responsabilidade;
- Disciplina;
- Unidade de comando;
- Unidade de direção;
- Subordinação dos interesses individuais aos gerais;
- Remuneração do pessoal;
- Centralização;
- Cadeia escalar;
- Ordem;
- Equidade;
- Estabilidade do pessoal;
- Iniciativa;

LEGISLAÇÃO

LEI FEDERAL Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007, E SUAS ALTERAÇÕES, ESPECIALMENTE AS PROMOVIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020 (MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO): PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, UNIVERSALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, CONTROLE SOCIAL, SUSTENTABILIDADE ECONÔMICOFINANCEIRA E DIREITOS DOS USUÁRIOS

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso e efetiva prestação do serviço; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

II - integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

IV - disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade, regularidade e continuidade; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

XIV - prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XV - seleção competitiva do prestador dos serviços; e (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XVI - prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

I - saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos

sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

II - gestão associada: associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, em todos os serviços previstos no inciso XIV do caput deste artigo, incluídos o tratamento e a disposição final adequados dos esgotos sanitários; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

V - (VETADO);

VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

a) região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião: unidade instituída pelos Estados mediante lei complementar, de acordo com o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, composta de agrupamento de Municípios limítrofes e instituída nos termos da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

b) unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública, ou para dar viabilidade econômica e técnica aos Municípios menos favorecidos; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

c) bloco de referência: agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, estabelecido pela União nos termos do § 3º do art. 52 desta Lei e formalmente criado por meio de gestão associada voluntária dos titulares; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

VII - subsídios: instrumentos econômicos de política social que contribuem para a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico por parte de populações de baixa renda; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

VIII - localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

IX - contratos regulares: aqueles que atendem aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

X - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias com área inferior à fração mínima de parcelamento prevista no art. 8º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XI - núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não tenha sido possível realizar a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XII - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município ou pelo Distrito Federal; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XIII - operação regular: aquela que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e à contratação, prestação e regulação dos serviços; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XIV - serviços públicos de saneamento básico de interesse comum: serviços de saneamento básico prestados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas por lei complementar estadual, em que se verifique o compartilhamento de instalações operacionais de infraestrutura de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário entre 2 (dois) ou mais Municípios, denotando a necessidade de organizá-los, planejá-los, executá-los e operá-los de forma conjunta e integrada pelo Estado e pelos Municípios que compartilham, no todo ou em parte, as referidas instalações operacionais; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)